ETNOGRAFIA NA ARQUEOLOGIA: UM CAMINHO ÉTICO PARA A ETNOARQUEOLOGIA

ETHNOGRAPHY IN ARCHAELOGY: AN ETHICAL PATH TO ETHNOARCHAELOGY

Marcelo Rolim Manfrini [1]

Resumo: A relação entre a Arqueologia e comunidades tradicionais sempre foi uma área de pouco consenso entre as múltiplas frentes da etnoarqueologia. Será perceptível ao longo do presente artigo que existem diversas críticas às práticas etnográficas realizadas por arqueólogos. Desta forma, planejo contra argumentar essas discordâncias, assim direcionando o leitor para uma visão do que seja uma boa prática etnográfica na Arqueologia, portanto validando a relação e o trabalho com comunidades vivas. Ao final deste artigo, será possível perceber que as críticas feitas à prática etnográfica podem servir para uma melhora dos procedimentos, rumo a objetivos mais bem definidos e menos colonizantes.
Palavras-chave: Comunidades Tradicionais; Etnoarqueologia; Etnografia.

Abstract: The relationship between Archaeology and traditional communities has always been an area of very little consensus among the multiple ethnoarchaeology fronts. It will be perceivable over the present article that there are several criticisms on the ethnographic practices performed by archaeologists. So, I plan to argue against these discordances, therefore guiding the reader into a perception of what is a good ethnographic practice in Archaeology, thus validating the relationship and works with living communities. By the end of this article, it will be able to perceive that the negative reviews made on ethnographic practices can serve to an improvement on the procedures, heading to more well established and less colonizing goals.
Keywords: Ethnoarchaeology; Ethnography; Traditional Communities.

INTRODUÇÃO

Muito tem se falado na academia sobre o papel social que a arqueologia ganhou durante as últimas décadas. Da mesma forma se tem discutido as maneiras com as quais a nossa ciência contribui na construção de identidades e memórias ligadas às comunidades, além de como interpretamos as suas narrativas e discursos acerca dos contextos arqueológicos. Contudo, o papel do arqueólogo e seu relacionamento com comunidades vivas permanece sendo uma área de conflito e de pouco consenso. Ao longo do presente ensaio, surgirão diversas críticas feitas ao estudo

[1] Mestrando em Arqueologia na Universidade de São Paulo, Brasil.

da etnoarqueologia que deflagram esta relação conflituosa entre os interesses das comunidades e dos arqueólogos.

O objetivo do presente texto é expor o meu entendimento acerca da discussão que permeia as abordagens e metodologias presentes na etnoarqueologia, na arqueologia colaborativa, na arqueologia comunitária, na etnografia arqueológica, na etnografia da arqueologia e na arqueologia pública. Em suma, dissertando ao máximo acerca das múltiplas terminologias que versam sobre a relação entre cultura material e sociedades. Para tal, planejo expor as minhas reflexões a respeito de um caminho ético e compreensivo por meio da qual exista respeito e ganho mútuo, tanto para o arqueólogo, quanto para a comunidade contemporânea. Ademais, planejo contra-argumentar algumas das críticas que são feitas à etnoarqueologia, assim direcionando o leitor para uma visão do que seja uma boa prática etnográfica na Arqueologia, portanto validando a relação e o trabalho com comunidades vivas no âmbito da nossa ciência.

ARQUEOLOGIA VS. ANTROPOLOGIA?

Uma grande parcela das críticas que a etnoarqueologia vem recebendo nos últimos anos tem como base principal uma imaginada subordinação da nossa disciplina para com a Antropologia. Essas críticas se pautam em uma suposta falta de confiança no registro arqueológico (FAHLANDER, 2004), na materialidade, e em uma dependência do uso de analogias etnográficas[2]. Contudo, o objetivo do presente artigo não é estabelecer uma cisão entre estes dois campos científicos, e sim mostrar que ambos possuem suas vantagens e limitações, e que caminhar para uma visão transdisciplinar deveria estar no interesse de todos. A concorrência pela autoridade científica (LIMA, 2010; BOURDIEU, 1983) é danosa, pois cria um ideário de que uma ciência é subordinada a outra, sendo que isto não é verdade. A Arqueologia não é auxiliar à Antropologia, nem vice-versa. As ciências possuem seus métodos próprios e podem existir separadamente. No entanto, quando decidem dialogar é importante frisar que a subordinação de uma para com a outra inexiste, e buscarei exibir este ponto de vista ao longo deste ensaio.

Primeiramente, é importante ressaltar que muitas das críticas generalizantes citadas anteriormente acabam por realizar um desserviço a muitas boas pesquisas (LYONS & CASEY, 2016). Obviamente existem pesquisas que optam por agir de forma pouco ética, ou mesmo se pautando excessivamente em inferências analógicas, mas o objetivo deste ensaio não é focar exclusivamente no que foi feito de inadequado, e sim no que é possível ser feito de bom, futuramente.

[2] Segundo Fahlander (2004), tal dependência estaria ligada a uma suposta incapacidade da Arqueologia em interpretar os sítios arqueológicos sem ter fazer relações com ações de comunidades contemporâneas observadas etnograficamente. Essas analogias entre a materialidade do passado e a do presente nem sempre são acuradas e, portanto, não deveríamos ser dependentes.

Apesar das críticas possuírem um aspecto generalizante, elas não são gratuitas. Elas possuem um fundo de verdade que podem nos ajudar a melhorar a nossa prática. Apesar de pesquisadores como Gosselain (2016) defenderem a extinção da etnoarqueologia ao invés de uma melhora dos seus métodos e abordagens, prefiro acreditar que existe uma maneira de incorporar as críticas de uma forma construtiva em prol da manutenção da ciência.

Destarte, creio que é importante desmistificar um importante ponto dissonante: a suposta subordinação da arqueologia para com a antropologia (YARROW, 2010). Diversos arqueólogos argumentam que ao darmos ênfase à inferência analógica e à pesquisa etnográfica e antropológica, acabamos por submeter a nossa ciência a um caráter secundário, já que não estaríamos tendo confiança na informação obtida no registro arqueológico (FAHLANDER, 2004). Estaríamos também enfatizando que a nossa disciplina teria um caráter secundário, que depende das informações obtidas em comunidades vivas para poder fazer inferências na materialidade encontrada nos sítios arqueológicos. Com isso, acabaríamos por expôr que a arqueologia é uma ciência deficitária pois não consegue dialogar com quem produziu os vestígios, nem observar os processos materiais acontecendo ao vivo, já que as pessoas estão sempre "ausentes" no momento em que o arqueólogo chega ao sítio (LUCAS, 2010). Tânia Andrade Lima (2006: 129), ainda menciona que a Arqueologia e a Antropologia se diferenciam em uma base fundamental, que uma é uma ciência histórica, enquanto a outra é ahistórica, e *"só uma ciência histórica, como resultado direto da sua metafísica materialista, pode monitorar a mudança"*. Ciências ahistóricas só conseguiriam monitorar diferenças.

Isso nos leva a outro conjunto de críticas que se direcionam para o uso adequado da analogia como parte do método etnoarqueológico. Uma parte das discordâncias se dá com base no mérito de que existem pesquisas que fazem uso da etnografia de modo a observar a comunidade como um fóssil vivo que não sofreu nenhuma variação de tempo e espaço (GOSSELAIN, 2016). Portanto, a comunidade estaria "parada no tempo", e portanto passível de ser utilizada para analogias diretas com o material exumado em sítios arqueológicos.

Juntamente com essa abordagem de estagnação temporal, caminha a intencionalidade do arqueólogo de apenas visitar as comunidades com objetivo de estabelecer analogias, o que reduz as histórias e vivências das comunidades tradicionais a apenas mais uma etapa de estudo (LANE, 2008).

Outra parte das discordâncias se baseia no fato de que, por vezes, as comunidades estarem tão imersas nas relações de poder promovidas pela contemporaneidade do capitalismo (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2014), que as comunidades sofreram inúmeras mudanças nos seus cotidianos tradicionais e, com isso, afetam os próprios discursos históricos de seus membros e suas próprias visões da materialidade.

Por último, existem críticas ao excesso de importância que é dado, em algumas pesquisas, para o lado

simbólico que as comunidades trazem para a paisagem ou para materialidade. Apesar da importância óbvia que existe na compreensão dos ritos e divindades executados pelas comunidades visitadas, por vezes são situações ou observações tão sutis para um observador externo, que podem se tornar incompreensíveis ou difíceis de se apreender por um leitor que nunca esteve na comunidade. Ocasionalmente, pode até ser de difícil captação para o arqueólogo em campo. Nem sempre é fácil utilizar as terminologias e compreensões do "outro", como aborda González-Ruibal (2014: 55) em seu texto *Malos Nativos.* Isso se dá porque os espaços, as paisagens, a fauna e a flora possuem significados que transcendem ao pensamento racional. Não é simples deixar de olhar um coiote como um canídeo e passar a vê-lo como um homem ou um espírito, por exemplo.

Apesar de todas serem críticas válidas, é preciso compreender que o relato etnográfico é subjetivo, já que é passível de múltiplas interpretações. E a arqueologia, enquanto ciência social, também possuí grandes cargas de subjetividade. Desta forma, não é possível acusar a arqueologia de ser subordinada ao uso de analogias ou mesmo à etnografia, visto que não é possível confiar inteiramente no relato etnográfico, e nem no registro arqueológico, para se tecer inferências. Portanto, fazer uso de ambos pode nos encaminhar para uma interdisciplinaridade que só tem a contribuir para a melhoria de nossas pesquisas (LIGHTFOOT, 1995), e nos afastar desse desejo inalcançável de uma objetividade científica. Outrossim, como cita Yarrow (2010), a arqueologia é uma ciência com métodos próprios, além de ser a única capaz de observar o processo social, variações de longa duração e cultura material, enquanto que a antropologia acaba sendo limitada pelo tempo de interação com as comunidades (ver também LYONS & CASEY, 2016; LANE, 2008).

Comunidades não são estáticas, estagnadas ou 'fósseis vivos' (GOSSELAIN, 2016; YARROW, 2010; FAHLANDER, 2004). Elas possuem história, interações, diversidade e tensões. Descrever o nativo como alguém que não resiste, que é passivo, ou que sempre coopera como os ocidentais, significa voltarmos ao conceito de "bom selvagem" que foi estereotipado por séculos. Portanto, o estudo dessas populações com resistências, complexas e diversas ajuda a quebrar esse conceito de estagnação e a ausência de história própria, que foi disseminado no passado (RUBERTON, 2000; GONZÁLEZ-RUIBAL, 2014).

Isto posto, nunca se é possível dizer que uma sociedade vive da mesma forma há séculos ou há milênios (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2014). E por conseguinte, apesar da pesquisa etnográfica fornecer informações valiosas, principalmente com relação a arqueologia experimental, a interpretações societárias, comportamentais, de deslocamento, e de descarte (LANE, 2008), as vivências nunca serão iguais. É nesse momento que a análise do material arqueológico, seja em suas características físicas ou simbólicas, se torna a parte mais objetiva da pesquisa, e a compreensão destes aspectos tem que ser o ponto central de uma pesquisa na área de Arqueologia. A pesquisa etnográfica

pode operar de modo a auxiliar inferências e interpretações, mas ela também pode transcender a cultura material ao promover um balanço entre o social e o material, além de trabalhar com desigualdades de poder entre as comunidades e o mundo exterior (LYONS & CASEY, 2016; LYDON & RIZVI, 2010).

Contudo, o uso de referências etnográficas não precisa ser visto como algo obrigatório em uma pesquisa arqueológica. Afinal, trata-se de estratégia de pesquisa (LANE, 2008). As informações obtidas no registro arqueológico poderão ser suficientes, e possibilidades presentes em microarqueologia[3], como descritas por Fahlander (2004), mostram-se extremamente úteis para se retirar cada vez mais informação da materialidade.

Outra questão que é importante destacar é que a análise analógica leva sim em consideração as continuidades presentes nos relatos etnográficos, porém também observa as rupturas. Como cita Costin (2000: p. 399): *"As coisas mudam!"*[4][tradução minha]. Ao contrário do que alguns críticos dizem, existe uma metodologia de pesquisa, ao não se observar as comunidades de uma maneira condescendente e achar que elas estão da mesma forma há milênios. Quando se observa a comunidade de modo a identificar seus dinamismos e complexidades, pode-se ter muitas informações que, ocasionalmente, pouco terão a ver com a materialidade encontrada, e essas rupturas podem até ser mais interessantes do que as continuidades.

Wylie (1985) também comenta acerca da questão do uso de analogias e de como elas podem ser utilizadas e reforçadas e, assim, não serem apenas inferências anacrônicas. Ela reforça e melhora as idéias presentes em Ascher (1961), em que o uso de analogias só pode ser realizado se for em locais em que o clima e o ambiente forem similares aos do sítio arqueológico. Para tal, ela admite que, apesar do uso de analogias ser passivo de erro, ele pode ser controlado atentamente e altamente direcionado para observar discrepâncias entre passado e presente (WYLIE, 1985). Inclusive, Wobst (1978) menciona a necessidade de se verificar a validez das informações obtidas com a etnoarqueologia antes de usá-las na interpretação do registro arqueológico, já que sem isso, poderemos acabar reproduzindo as estruturas de comunidades atuais em comunidades antigas e caindo em anacronismos. Amaral (2012: 32) ainda comenta em sua dissertação que a etnoarqueologia não é o mesmo analogia, e nem deve servir para reconstruir histórias culturais. A função da etnoarqueologia, enquanto subdisciplina arqueológica é: diante de problemas arqueológicos, investigar o dado

[3] Com a microarqueologia podemos analisar vestígios orgânicos microscópicos. Em contextos funerários podemos procurar por vestígios de madeira ou outros materiais orgânicos decompostos para estabelecer acompanhamentos ao corpo. Em análises líticas, podemos procurar por vestígios orgânicos nas peças de corte e moagem, e assim verificar como os artefatos eram utilizados e em que tipo de alimentos. Em cerâmica, a mesma premissa pode ser utilizada, ao verificar se vestígios alimentícios ainda existem no interior dos vasilhames.

[4] *"Things change!"* (COSTIN, 2000: p. 399).

etnográfico, formular e testar hipóteses para, só depois, retornar ao dado arqueológico e interpretá-lo com o conhecimento obtido a partir da investigação etnoarqueológica.

A ÉTICA E O ENGAJAMENTO NA RELAÇÃO COM ÀS COMUNIDADES

Adentrar uma comunidade tradicional não é uma tarefa simples por ser uma situação que exige um grau de respeito mútuo e de compreensão aos saberes e cotidianos locais. Mais do que respeito, não se pode tratar estas populações apenas como fontes de conhecimento, senão em nada nos diferenciamos dos primórdios da Arqueologia, em que tesouros arqueológicos eram retirados de seus países de origem e iam embelezar museus europeus ou gabinetes de curiosidades (COLWELL-CHANTHAPHONH, 2009; LA SALLE, 2010).

Para tal, precisamos ter uma atitude descolonizante[5] na relação que temos com as comunidades tradicionais. Para este fim precisamos compreender o que é uma comunidade: de como ela é feita e refeita por conflitos e diferenças; de que não existem sociedades homogêneas (SMITH & WATERTON, 2009); de como ela não representa apenas um 'fóssil vivo' para a retirada de analogias (GOSSELAIN, 2016; LANE, 2008); e de como deve sempre haver uma troca de experiências na nossa experiência etnoarqueológica.

Nesta reciprocidade de vivências sempre deve haver um estímulo para que a própria comunidade comece a ter controle sobre o seu próprio legado, quem sabe até estimular que se formem arqueólogos entre os membros. Desta forma, quem estudar a comunidade também estará trabalhando no empoderamento da comunidade, e não somente a invisibilizando (ver mais em SPIVAK, 1988) em prol do seu próprio ganho acadêmico (LA SALLE, 2010). Assim, a comunidade estará devidamente capacitada para fazer a arqueologia de sua própria história e tomar as rédeas de sua própria narrativa. O futuro deve estar no arqueólogo trabalhar em prol da comunidade, e não na comunidade servir de objeto para o arqueólogo (LA SALLE, 2010) . Sonya Atalay (2012), menciona na sua pesquisa a interação dela com o Sullivan County American Indian Council, que é composta exclusivamente por habitantes de Sullivan County, e lá se foca na preservação do passado e na educação de Nativos Americanos. Quem sabe seja até mesmo hora de arqueólogos de origem indígena ou tradicional começarem a estudar os seus colonizadores. Como Silliman (2015) menciona, seria

[5] Descolonização do conhecimento é, em linhas gerais, a preocupação com o passado guiada pela relação que o passado tem com o presente, usando como base as ligação entre formas culturais e geopolítica. Com essa abordagem se busca barrar o neo-colonialismo e facilitar a asserção a diversas formas de identidade. Outra preocupação seria identificar e desestabilizar estratégias discursivas ultrapassadas, como o uso de estereótipos e a construção de oposições binárias, como apenas utilizar normativas de Leste vs. Oeste, centro vs. periferia, nós vs. eles, branco vs. negro. Por último, também haveria a preocupação de não representar populações oprimidas como "vítimas indefesas", e sim de forma a exaltar a resistências destas comunidades ante os mecanismos repressores de poder. (LYDON & RIZVI, 2010).

de extrema significância ver um arqueólogo de etnia Hopi estudando a colonização romana na Inglaterra.

Entretanto, ao contrário do que questiona McGhee (2008)[6], este trabalho colaborativo não deve submeter o arqueólogo a todas as vontades da comunidade em questão. Colwell-Chanthaphonh contra-argumenta em um artigo mostrando as diferenças entre submissão total da pesquisa aos interesses das comunidades para mostrar, de fato, como opera o modo colaborativo de Arqueologia Indígena, e que não é a inclusão das visões indígenas que irão acabar por excluir a visão do pesquisador (COLWELL-CHANTHAPHONH et. al. 2010). O mesmo autor, em outra oportunidade, ainda buscou diferenciar várias gradações existentes na relação com as comunidades, desde premissas colonizantes até o controle indígena. Colwell fez questão de frisar que o ponto ideal de encontro entre o interesse das partes estaria em uma Arqueologia Indígena colaborativa - que é distinta de um controle indígena -, onde os desejos de todos os envolvidos sejam atendidos (ver imagem 1, COLWELL, 2016: 117). Caso não exista diálogo e flexibilidade, também cabe ao arqueólogo decidir por não trabalhar naquela comunidade específica (LA SALLE, 2010).

Hamilakis (2011) leva a discussão a outro patamar ao mencionar a importância de se observar como a pesquisa impacta a próprio arqueólogo. O engajamento do arqueólogo, assim como os trabalhos de campo, muitas vezes afetam a própria vivência da equipe e de seus relacionamentos com os membros das comunidades. Uma etnografia da pesquisa pode render resultados fascinantes, já que expõe a multi-temporalidade da materialidade. Muitas vezes o sítio se encontra sob uma comunidade atual, e a interação dela com o material é um expediente etnográfico que sempre deve ser levado em consideração na pesquisa. Da mesma forma que o material escavado, uma vez removido do solo, passa a ter uma segunda temporalidade além da em que foi produzida e utilizada: que é a em que foi redescoberta e se tornou acervo e informação (LUCAS, 2010).

[6] McGuee (2008), aborda em seu artigo a submissão do arqueólogo ante as comunidades, questionando a validade de suas supostas histórias "tradicionais". Ele afirma que diversas comunidades já foram tão impactadas por influências do colonizador, ou tão alteradas pela passagem do tempo, que suas histórias já não condizem com o que é observado arqueológicamente. Desta forma, se levarmos ao pé da letra as informações obtidas nestas comunidades, acabaremos por trazer características contemporâneas ao registro arqueológico.

Imagem 1 - Tabela com as diferentes intensidades de controle entre pesquisadores e indígenas

Colonial control	Resistance	Participation	Collaboration	Indigenous control
Goals set solely by archaeologists	Goals develop in opposition	Goals develop independently	Goals develop jointly	Goals are set by tribe
Information is extracted and removed from community	Information is secreted	Information is disclosed	Information flows freely	Information is proprietary and controlled by tribe
Descendants involved as laborers	No stakeholder involvement	Limited stakeholder involvement	Full stakeholder involvement	Archaeologists are employees or consultants of tribe
No voice for descendants	Little voice for descendants	Some voice for descendants	Full voice for descendants	Full voice of descendants is privileged
Acquiescence is enforced by state	No support is given/obtained	Support is solicited	Support is tacit	Support is authorized by tribe
Needs of science are optimized	Needs of others are not considered	Needs of most parties are mostly met	Needs of all parties are realized	Needs of tribe are privileged

POWER AND CONTROL

ARCHAEOLOGISTS TRIBES

Dado esse engajamento social presente na prática etnoarqueológica, muitas vezes este estará atrelado a interesses de empoderamento da comunidade (LANE, 2008), ou mesmo a ambições econômicas como as ligadas ao arqueo-turismo. Prybylski e Stottman (2010), por exemplo, fizeram uso do legado arqueológico identificado nas escavações em ambiente urbano para redescobrir e exibir o passado de ouro da cidade de Portland, que hoje não possui o mesmo status. Atalay (2012) também menciona a importância do turismo na preservação do patrimônio, assim como das comunidades em que estão inseridas. Diante das relações de poder promovidas pelo capitalismo, o uso dos espaços com o propósito de preservação do patrimônio sob um viés de ganho monetário pode evitar com que as comunidades tradicionais submetam suas terras de modo a atender interesses de madeireiros e construturas (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2014). Em caráter similar, a UFF - Universidade Federal Fluminense, promove um projeto chamado de "Passados Presentes". No âmbito deste projeto, foram criadas rotas turísticas que se focam em áreas significativas para as antigas estruturas do tráfico negreiro no Rio de Janeiro. Por meio de exposições permanentes, e trabalhos educativos nestes marcos históricos, se procura exaltar a cultura de resistência desenvolvida por essas comunidades oprimidas durante o período escravocrata, e que ainda hoje lidam com a memória destas experiências.

COLABORAÇÃO COMO FORMA DE EQUILÍBEIO DE FORÇAS

Com base nas críticas expostas, podemos observar os inúmeros cuidados e atitudes que devemos ter ao ir para campo, e assim permitir que as análises sejam circunscritas etnograficamente e que consigamos agir de uma maneira ética e respeitosa nas comunidades. Para tal, de início, é necessário um longo período de interação com a comunidade estudada (WOBST, 1978). Não que pesquisas curtas não tenham o seu valor etnográfico, o que de fato possuem, mas relações longas ou pesquisas que se estendem por anos, às vezes décadas, podem realmente começar a mostrar os processos de variação cultural e comportamental. Em curtos períodos se torna mais difícil as ver transformações gradativas que a comunidade tem ao longo do tempo, ficando-se apenas com o cenário daquele intervalo específico, sem uma variação temporal (WOBST, 1978). Contudo, transformações radicais - caso aconteçam - poderão ser observadas facilmente nestes curtos períodos de observação etnográfica.

Também é necessário existir uma auto-crítica com relação ao seu próprio relato etnográfico, já que ele sempre será parcial. Isso acontece pois é muito difícil estabelecer o mesmo grau de diálogo com todos os membros da comunidade, e os laços de amizade que são desenvolvidos nas visitas ou estadas acabam por delimitar o estudo - e a observação - a uma parcela da população que é mais próxima do pesquisador. Sempre se deve tentar expandir esse recorte

inicial, mas é necessário compreender e ser realista, o que nem sempre será possível.

É necessário também se levar em consideração que o relato etnográfico traduz a experiência individual do pesquisador, sendo muitas vezes carregada com as próprias visões de mundo de quem escreve (PEIRANO, 2008). Desta forma, nem sempre dois pesquisadores que visitam a mesma comunidade terão uma experiência igual, mesmo buscando enfoques parecidos.

Mostra-se importante levar em consideração todos os aspectos da sociedade visitada. Ao se focar excessivamente na materialidade e esquecer das pessoas que ali vivem, é agir de uma forma extremamente colonizante. O trabalho exercido por Carrer (2017) é um exemplo desses que simplesmente ignoraram as populações que ali viviam. Apesar de possuir informações extremamente valorosas sob um ponto de vista de compreensão espacial, a pesquisa pouco buscou compreender a experiência das populações vivas. Apenas focou no que as evidências materiais da sociedade estudada teriam de informações acerca dos sítios arqueológicos antigos[7]. Por fim, isso acaba sendo apenas mais uma abordagem que torna as comunidades tradicionais em "fósseis vivos" para Carrer.

A pesquisa realizada por Carrer (2017) se assemelha à perspectiva que Binford (1969;1981) possuía sobre o uso dos dados etnográficos na arqueologia. Em que se acabava por ignorar as populações vivas, e se pautar apenas no que interessava no estudo do comportamento humano. Isto posto, as comunidades eram observadas quase da mesma forma que a cultura material no registro arqueológico. Contudo, ao contrário de Binford, Carrer se pauta em uma premissa mais direta, já que se baseia em uma história de longa duração (BRAUDEL, 1980), com contínua ocupação na região.

A experiência etnográfica também está diretamente relacionada à qualidade do diálogo que se tem com a comunidade. É necessário que isso ocorra de forma natural e constante, para que todos estejam atualizados do andamento do estudo. Ademais, sempre se deve levar em consideração a palavra da comunidade e seus saberes tradicionais, independentemente das opiniões que o pesquisador tenha acerca delas. O exercício de olhar para a alteridade é o que evita que coloquemos as nossas visões de mundo contemporâneas e ocidentais na nossa análise do passado (LYONS & CASEY, 2016). Portanto, no relacionamento com as comunidades temos a obrigação de dar voz às diferenças, deflagrar injustiças e romper com padrões hegemônicos impostos por colonizadores, e assim entender como essas populações compreendem os espaços em que vivem. Falar sobre a cultura material é, justamente, falar sobre pessoas, e para compreender o ser humano é necessário

[7] Carrer (2017), em sua pesquisa, trabalhou com comunidades pastoreiras nos Alpes. Lá, ele identificou comunidades que habitavam a região há séculos. Desta forma, ele buscou estudar as habitações destas comunidades contemporâneas, para compreender melhor as ruínas das populações pastoreiras alpinas antigas. Para tal, ele analisou a dispersão dos objetos no interior das casas, além dos tipos de objetos encontrados. Desta forma, ele pode comparar os achados contemporâneos com os encontrados nos sítios arqueológicos, e estabelecer padrões de assentamento.

entender as suas relações com meio em que vivem. (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2014; HAMILAKIS, 2011). Agostini (2015) ainda complementa que a pesquisa etnoarqueológica pode ajudar a promover reflexões sobre as apropriações contemporâneas do passado, a trazer a materialidade para um contexto mais próximo das comunidades vivas de formas multivocais e inclusivas (AGOSTINI, 2015; AMARAL, 2012).

Nesta relação com as comunidades também precisamos levar em consideração que o conceito de preservação material não é universal, muito menos exercido da mesma forma entre várias culturas. Muitas vezes, a função social do artefato é se decompor. Ao colocarmos um objeto atrás de uma vitrine para ser "preservado", estamos retirando o artefato de sua funcionalidade original, transgredindo com o conceito estabelecido inicialmente pela própria comunidade (COLWELL-CHANTAPHONH, 2009; HAMILAKIS, 2011). E compreender as categorias êmicas que a comunidade usa é de fundamental importância na hora de decidir o que será feito com a materialidade encontrada e, assim, evitar ao máximo conflitos com as sociedades que produziram os artefatos. Para tal, Colwell (2009) discorre que os arqueólogos devem desenvolver maneiras para que a preservação possa ser gerida localmente e buscada universalmente. Dessa forma, deve-se tentar maximizar a integridade dos artefatos patrimoniais para o maior número de pessoas, porém não de forma absoluta. Por isso, os arqueólogos devem respeitar a forma com que indivíduos e comunidades compreendem o artefato, além de levar em conta os indivíduos que fizeram o objeto ou os que possuem uma profunda afinidade com o mesmo.

O debate com relação à ética por trás de pesquisas e trabalhos etnográficos, antropológicos e etnoarqueológicos no Brasil não é recente. Desde o surgimento do CONEP - Comitê Nacional de Ética em Pesquisa, há mais de 20 anos, o debate dos impactos que causamos ao trabalhar com comunidades tradicionais está em pauta. Harayama (2017), discute está questão extensivamente em seu artigo: *"Os novos desafios da etnografia: para além da resolução nº 510/2016"*. Neste texto, o autor versa sobre os aspectos éticos da pesquisa em solo brasileiro, de como as negociações entre pesquisador e comunidade são realizadas, além dos percalços que existem na relação entre pesquisador, comunidade e o conjunto de leis que asseguram tal contato. No texto, é até mencionada que deveria haver uma grande diferenciação entre as ciências biomédicas e as ciências humanas, já quem uma atua *"em seres humanos"* e a outra *"com seres humanos"*. Ou seja, na pesquisa com seres humanos, o sujeito da pesquisa deixa de ser cobaia, e assume o protagonismo da fala (HARIYAMA, 2017: 25).

A abertura completa de informações, transparência, o direito à anonimidade, e a preservação do direito de fala das comunidades se tornou uma questão importante, e as comunidades indígenas brasileiras vêm conseguindo tomar as rédeas deste conhecimento, denunciando pesquisas antiéticas. Hariyama (2017) menciona um caso que ocorreu em uma comunidade Mundurku, em que um antropólogo não informou que estaria realizando uma pesquisa no momento

em que trabalhava com uma organização indigenista. Tal situação até levou a comunidade a soltar uma nota, que segue: *"Toda e qualquer informação coletada sobre nós, não poderá virar dados de pesquisas que interessam ao empreendimento ou simples carreirismo acadêmico. Alguém usando indevidamente o nosso nome, nossa história, nossa cultura, esse alguém responderá pelos seus próprios atos e será responsabilizado por suas ações."* (MOVIMENTO MUNDURUKU IPEREG'AYU, 2015, apud. HARIYAMA, 2017: 29) .

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da abordagem etnoarqueológica, conseguimos observar as comunidades com uma visão menos pautada em impressões de terceiros e estereótipos, além de interpretar as suas percepções acerca da mundo físico e simbólico, que continuamente são a base para construção de identidades, memórias e histórias. Estas assimilações ocupam um espaço importante entre os elementos que compõem as práticas cotidianas de qualquer sociedade.

Esta relação com a alteridade que se mostra cada vez mais importante no trabalho que é desenvolvido junto às comunidades, pois discute as relações que o patrimônio arqueológico possui com as tradições de diferentes comunidades, e de como elas entram em conflito ante as pressões da sociedade ocidental. É nesse sentido que a Arqueologia assume o seu papel mais urgente e mais relevante. Pois através do viés comunitário o arqueólogo se torna uma parte presente nas negociações entre comunidades e o mundo ocidental moderno, recuperando a voz de comunidades oprimidas pela modernidade, e que agora lutam pela manutenção de seus espaços e tradições. (SABLOFF, 2008; GONZÁLEZ-RUIBAL, 2010).

Contudo, não existe uma fórmula perfeita e imutável para a pesquisa etnoarqueológica. Por envolver comunidades vivas, ela está sujeita à imprevisibilidade dos seres humanos (WOBST, 1978). Muitas vezes a relação será conflituosa e pouco harmoniosa. Mas todas essas relações e observações serão úteis para a compreensão da sociedade e da materialidade. E para a melhor compreensão dos seres humanos, deve-se levar em consideração o máximo de linhas de evidências possíveis, desde os remanescentes arqueológicos a dados linguísticos, e desde vestígios biológicos[8] a observações etnográficas (LIGHTFOOT, 1995). O arqueólogo deve usar o máximo de recursos que puder, pois muitas vezes algumas teorias não serão apropriadas para algumas linhas de análise, mas para outras poderão ser adequadas. As circunstâncias determinam tudo (LIMA, 2006).

A etnoarqueologia encontra o seu lugar ao ser uma abordagem inclusiva, voltada para as comunidades, guiada para um entendimento maior entre sociedades e a

[8] Como remanescentes esqueléticos em contexto funerário, remanescentes de fauna, e microvestígios botânicos presentes em artefatos arqueológicos.

materialidade (LYONS & CASEY, 2016). Entretanto, nem sempre esta abordagem se encaixará no escopo de muitas pesquisas, e isso não é um problema. A arqueologia é uma ciência de muitas facetas, disciplinas e métodos, e a etnoarqueologia é mais uma delas.

Com base em tudo o que foi dito, persiste um questionamento latente: devemos fazer etnoarqueologia? Acredito que sim, pois é uma forma válida de análise, contanto que seja feita da forma ética. De uma forma menos condescendente e menos colonizadora ante as comunidades, devendo haver um equilíbrio de forças entre as partes e um estímulo à pesquisa sendo levada à cabo pela própria comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINI, Camilla (2015) - *Cultura material, memória e o lugar do outro na produção do conhecimento: histórias possíveis a partir do trabalho de campo da arqueologia*. In: XI Encontro Regional Sudeste de História Oral - Dimensões do público: comunidades de sentido e narrativas políticas, Niterói.

AMARAL, Daniella (2012) - *Loiça de barro do Agreste: um estudo etnoarqueológico de cerâmica histórica pernambucana.* Dissertação de Mestrado: Universidade de São Paulo.

ASCHER, Robert (1961) - *Analogy in archaeological interpretation*. In: Southwestern Journal of Anthrology, v.17, pp. 317-325.

ATALAY, Sonya (2012) - *Community-Based Archaeology. Research with, by and for Indigenous and Local Communities*. Berkeley: University of California.

BINFORD, Lewis (1968) - *Methodological considerations of the archaeological use of ethnographic data*. In: R.B. Lee e I. De Vore (eds). Man the Hunter. Chicago: Aldine, pp. 268-273.

BINFORD, Lewis (1982) - *The Archaeology of Place.* In: Journal of Anthropological Archaeology, 1, pp. 5-31.

BRAUDEL, Fernand (1980) - *On History*. Transl. S Matthews. Chicago: University Chicago Press.

BOURDIEU, Pierre (1983) - *O campo científico*. In: Pierre Bourdieu. R. Ortiz (org.) & F. Fernandes (Coord.). Trad. de P. Montero e A. Auzmendi. São Paulo: Ática.

CARRER, Franscesco (2017) - *Interpreting intra-site spacial patterns in seasonal contexts: an ethnoarchaeological case study form the Western Alps*. In: Journal of Archaeological Method and Theory, v.24, pp. 303-327.

COLWELL, Chip (2016) - *Collaborative archaeologies and descendant communities.* In: Annual Review of Antropology, v.45, pp, 113-127.

COLWELL-CHANTHAPHONH, Chip; FERGUSON, T.J.; LIPPERT, Dorothy; McGUIRE, Randall; NICHOLAS, George; WATKINS, Joe; ZIMMERMAN, Larry (2010) - *The Premise and Promise of Indigenous Archaeology*. In: American Antiquity, 75(2), Cambridge University Press, pp. 228-238.

COLWELL-CHANTHAPHONH (2009) - *The Archaeologist as a World Citizen: On the Morals of Heritage Preservation and Destruction.* L. Meskell (eds). In: Cosmopolitan Archaeologies, Duke University Press, pp. 140-165.

COSTIN, Cathy (2000) - *The Use of Ethnoarchaeology for the Archaeological Study of Ceramic Production.* In: Journal of Archaeological Method and Theory, 7(4), Springer, pp. 377-403.

FAHLANDER, Fredrik (2004) - *Archaeology and Anthropology: brothers in arms? On analogies in 21st century archaeology*. In: F. Fahlander e T. Oestigaard (eds). Material culture and other things. Post-disciplinary studies in the 21st century. Lindome: Bricoleur Press, pp. 157-180.

GONZALEZ-RUIBAL, Alfredo (2010) - *Contra la Pospolítica: Arqueología de la Guerra Civil Española.* In: Revista de Antropología, nº 22 (2º semestre), pp. 9-32.

GONZALEZ-RUIBAL, Alfredo (2014) - *Malos nativos. Una crítica de las arqueologias indígenas e poscoloniales.* In: Revista de Arqueologia (SAB), 27(2): 47-63.

GOSSELAIN, Olivier (2016) - *To hell with ethnoarchaeology.* Archaeological dialogues, 23(2): 215-228.

HAMILAKIS, Yannis (2011) - *Archaeological ethnography: a multitemporal meeting ground for archaeology and anthropology*. In: Annual Review of Anthropology, v.40, pp. 399-414.

HARIYAMA, Rui (2017) - *Os novos desafios da etnografia: para além da resolução nº 510/2016.* In: Revista Mundaú, n. 2, pp. 22-37.

LA SALLE, Marina (2010) - *Community collaboration and other good intentions.* In: Journal of the World Archaeological Congress, 6(3): 410-422.

LANE, Paul (2008) - *Present to past.* In: B. David e J. Thomas (eds). Handbook of Landscape Archaeology. Walnut Creek: Left Coast Press Inc, pp. 402-424.

LIGHTFOOT, Kent (1995) - *Culture Contact Studies: Redefining the relationship between prehistoric and historical archaeology*. In: American Antiquity, 60(2), Society for American Archaeology, pp. 199-217.

LIMA, Denise (2010) - *Campo do poder, segundo Pierre Bourdieu*. In: Cogito, Salvador, v. 11, outubro, p. 14-19. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-94792010000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 29 de maio de 2018.

LIMA, Tânia (2006) - *Teoria arqueológica em descompasso no Brasil: o caso da Arqueologia Darwiniana*. In: Revista de Arqueologia, n. 19, pp. 125-141.

LUCAS, Gavin (2010) - *Triangulating absence: exploring the fault-lines between archaeology and anthropology.* In: D. Garrow e T. Yarrow (eds). Archaeology & Anthropology. Understanding similarity, exploring difference. Oxford: Oxbow Books, pp. 28-39.

LYDON, Jane; RIZVI, Uzma (2010) - *Introduction: Postcolonialism and Archaeology.* In: Handbook of Postcolonial Archaeology. Walnut Creek: Left Coast Press.

LYONS, Diane; CASEY, Joanna (2016) - *It's a material world: the critical and on-going value of ethnoarchaeology in understanding variation, change and materiality*. In: World Archaeology, 48(5): 609-627.

McGHEE, Robert (2008) - *Aboriginalism and the Problems of Indigenous Archaeology.* In: American Antiquity, 73(4), Cambridge University Press, pp. 579-597.

MOVIMENTO MUNDURUKU IPEREG'AYU. *Quem são os muitos Daniel Belick?* Xingu Vivo, 11 maio 2015. Disponível em: <http://xingu-vivo.blogspot.com.br/2015/05/quem-sao-os-muito-daniel-belick.html>. Acesso em 01 de Junho de 2018.

PEIRANO, Mariza (2008) - Etnografia, ou a teoria vivida. In: Ponto Urbe (online), vol.2. Disponível em: <http//pontourbe.revues.org/1890>. Acesso em 01 de Junho de 2018.

PRYBYLSKI, Matthew; STOTTMAN, M. Jay (2010) - *Reconnecting community. Archaeology and activism at the Portland wharf.* In: M.J. Stottman (ed). Archaeologists as activists. Can achaeologists change the world? Tuscaloosa: The University of Alabama Press, pp. 126-140.

RUBERTON, Patricia (2000) - *The Historical Archaeology of Native Americans.* In: Annual Review of Anthropology, vol. 29, pp 425-446.

SILLIMAN, Stephen (2015) - *Comparative Colonialism and Indigenous Archaeology: Exploring the Intersections.* In: C. Cipolla e K.H. Hayes. Rethinking Colonialism: Comparative Archaeological Approaches.

SMITH, Laurajane; WATERTON, Emma (2009) - *Heritage, Communities and Archaeology.* Londres: Duckworth.

SPIVAK, Gayatri (1988) - *Can the Subaltern Speak?*. In: Marxism and the Interpretation of Culture. C. Nelson & L. Grossberg (eds.). Basingtoke: Macmillan Education, pp. 271-313.

WOBST, Hans Martin (1978) - *The Archaeo-Ethnology of Hunter-Gatherers or the Tyranny of the Ethnographic Record in Archaeology*. In: American Antiquity, 43(2), Contributions to Archaeological Method and Theory, Cambridge University Press, pp. 303-309.

WYLIE, Alisson (1985) - *The reaction against analogy.* In: Advances in Archaeological Method and Theory, vol. 8, Springer, pp. 63-111.

YARROW, Thomas (2010) - *Not knowing as knowledge: asymmetry between archaeology and anthropology*. In: D. Garrow e T. Yarrow (eds). Archaeology & Anthropology. Understanding similarity, exploring difference. Oxford: Oxbow Books.